

**A “GUERRA DOS BÁRBAROS” NO SERTÃO DAS JACOBINAS
(1651-1679)**

***THE “BARBARIANS WAR” IN THE SERTÃO OF JACOBINAS
(1651-1679)***

Solon Natalício Araújo dos Santos*

RESUMO

Este artigo busca investigar o papel dos Payayá e de outras etnias indígenas genericamente denominadas de “tapuia” nas Guerras de Conquista ou “Guerra dos Bárbaros” nos sertões da Capitania da Bahia, suas formas de resistência e adaptações ao movimento de expansão do projeto colonial em uma específica região do interior baiano, conhecida como Sertão das Jacobinas. As fontes documentais da segunda metade do século XVII, que fazem registros das ações dos Payayá e de suas relações de negociação e resistência junto aos agentes coloniais, nos dá uma dimensão do quanto esta etnia afetou a Capitania da Bahia e os núcleos de povoamento do Recôncavo e do Sertão das Jacobinas graças aos seus repentinos assaltos que atrapalhavam o desenvolvimento da economia colonial, ou como elemento povoador apto a atender em seu caráter militar e como mão de obra nos estabelecimentos coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas; Conquista; Negociação; Conflito; Jacobinas.

ABSTRACT

This article aims at investigating the Payayá roll and other native ethnicities usually named “tapuia” in the Wars of Conquest or “The Barbarians War”, in the sertão of Bahia Port Authority, their strategies of resistance and adaptation to the expansion movement of the colonial project in a specific region of the Bahia countryside, known as Jacobinas’ Sertões. The documental sources on the second half of XVII century, that registers the Payayá actions and their relations of negotiation and resistance towards the colonial agents, show us a real dimension of how much this ethnicity affected the Bahia Port Authority and the settlements of the Recôncavo and of the Jacobinas’ Sertão thanks to their sudden assaults that disturbed the development of the colonial economy or as populating element able to attend the required military aspect and as labour force in the colonial establishment.

KEYWORDS: Natives; Conquest; Negotiation; Conflict; Jacobinas.

Há coisa como ver um paiaíá
Mui prezado de ser caramuru,
Descendente de sangue de tatu,
Cujo torpe idioma é cobepá.

A linha feminina é carimá
Moqueca, pititinga, caruru
Mingau de puba, e vinho de caju
Pisado num pilão de Piraguá.

A masculina é um Aricobé

*Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Educação Básica pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia e Secretaria Municipal de Educação de Mulungu do Morro. E-mail: s_natalicio@yahoo.com.br

Cuja filha Cobé um branco Paí
Dormiu no promontório de Passé.

O branco era um marau, que veio aqui,
Ela era uma índia de Maré,
Cobe Pá, Aricobé, Cobé, Paí.
(*apud* MENDES, 1996,p. 202-3)

Introdução

Nestes versos do soneto satírico “Aos principais da Bahia chamados os Caramurus”, Gregório de Matos (1636-1696) ridiculariza uma figura típica da sociedade baiana seiscentista, os Caramurus, que, de ascendência mestiça, afirmavam serem descendentes puros de europeus e assumiam os ares de fidalguia. O poeta “Boca do Inferno” os menosprezava por descenderem da união entre índias e brancos, chamando-os inicialmente de paiaiaí. A etnia indígena Payayá deu muito que falar durante o século XVII devido à sua resistência armada e dissimulada diante do projeto de colonização. Essa condição de “índios bravos” se infere no próprio soneto de Gregório de Matos, no qual ele usa não apenas um etnônimo, mas uma noção historicamente construída de inconstância, ferocidade e resistência ao “processo colonizador”.

Durante a segunda metade do século XVII, após a expulsão dos holandeses instalados no Nordeste, o projeto colonial da América portuguesa passou por um processo de interiorização. Os Sertões da Capitania da Bahia foram reocupados e povoados pelos portugueses a partir de variadas frentes de colonização: pelo uso da terra de forma privada (concessão de sesmarias ou doações reais, arrendamentos, apropriação e compra) e comunal (terras indivisas e as malhadas); pela expansão da pecuária com suas fazendas e currais; pelas expedições em busca de minérios e *negros da terra*; pela produção agrícola para o autoabastecimento e do mercado regional; pela mineração do salitre e do ouro; pela abertura e aproveitamento de caminhos e estradas; pela fundação de aldeamentos missionários, particulares ou régios; e pela instalação de distritos, freguesias, vilas, comarcas e municípios.

O termo “sertão” consiste em uma representação construída por viajantes, missionários e cronistas, para explicar um espaço vazio, indomado e selvagem no imaginário da sociedade colonial, a terra dos índios bravos, do medo, o espaço do outro em oposição à região colonial, o litoral, o espaço social ocupado (MIGUEL; NEVES, 2007, p. 13-4).

O “sertão” é uma fronteira móvel que se desloca à medida que a colonização avança, não designando uma região específica, mas uma área dispersa de terras e povoados ou despovoado no sentido eurocêntrico, e também um espaço associado aos povos “tapuia”, ou seja, povos indígenas não pacificados, um cenário que se caracteriza pelo confronto dos agentes coloniais com as diversas populações indígenas.

O Sertão da Bahia, nas palavras de Antonil, se estendia “até a barra do rio São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima, até a barra que chamam de Água Grande [localidade em Alagoas], fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas; das Jacobinas, noventa” (1982, p. 199). A Jacobina do século XVII correspondia a um “terreno vastíssimo composto de serras altíssimas, e extensas em partes, quando em partes, tem planícies imensas, e terras menos altas” (VILHENA, 1968, p. 561). Região que, segundo Afonso Costa, tornou-se conceito de “tudo quanto se contasse fóra do recôncavo e do litoral”, “um nome opulentado de grandezas e de misérias” por seus metais e índios bravos (1918, p. 252). Um local de múltiplos encontros e contatos que foi um importante teatro de expansão da fronteira colonial e da resistência e adaptação de diversos grupos indígenas.

O Sertão das Jacobinas, “um espaço imaginário” geograficamente situado no centro da Capitania da Bahia, atual Chapada Diamantina e seu Piemonte, sem contornos precisos, possivelmente estendia seus limites no sentido N/S entre os rios Itapicuru Açu e Paraguaçu, e W/E entre o Médio São Francisco e o Recôncavo baiano. Essa região serviu como cenário para os movimentos de ocupação e povoamento de variados agentes colonizadores (exploradores, criadores de gado, sesmeiros, reдеiros, missionários, soldados, autoridades), mas também consistia em uma zona de intensa mobilidade e interação de diversas etnias indígenas.

Entretanto, esta ocupação do território teve como obstáculo os povos indígenas genericamente denominados de “tapuia”. A noção de “tapuia” foi construída a partir dos contatos entre a frente colonizadora e os povos indígenas do litoral e do sertão ao longo dos séculos XVI e XVII, adquirindo a conotação do “outro”, um sentido de alteridade, um inimigo dos princípios cristãos e europeus. Além do mais, relativamente a ideia de “tapuia” também está representada pela oposição entre o litoral colonizado e o sertão indômito (POMPA, 2003, p. 221-3). Sendo, pois, considerado pelos colonizadores como um verdadeiro “muro do demônio” do sertão (PUNTONI, 2002, p. 61-71).

Contudo, no contexto concreto da conquista, a definição de “tapuia” passou a ter um caráter militar e administrativo, aplicando-se indistintamente a povos tupi e não-tupi, a depender de como se posicionavam diante do processo de conquista e dos interesses dos colonizadores.

O fascínio pelo Sertão das Jacobinas despertou o imaginário dos colonos desbravadores dos sertões da Bahia, ambiciosos por ouro e pedras preciosas, mas também receosos dos bárbaros “tapuia”.

Os temidos “tapuia” do Sertão das Jacobinas no século XVII eram identificados como os índios Payayá, Sapoiaá, Tocós, Moritises, Maracás, Secaquerinhens, Cacherinhens, Caimbés, Pankararu, Ocren, Oris, Tamaquins, Araquenas, Anaiós, Topins.

Nas palavras de Eurico Alves Boaventura, “foi o boi que provocou a descoberta do sertão, assinalando os pontos cardeais [das Capitânicas] com rastro do seu passo vagaroso e constante” (1989, p. 22). Segundo o historiador Capistrano de Abreu, a criação do gado *vacum* se desenvolveu inicialmente nas cercanias da cidade do Salvador, mas com a conquista de Sergipe, aquela se estendeu à margem direita do rio São Francisco, cujo curso foi acompanhado pelo gado. Com o afastamento do litoral, um dos caminhos da criação de gado “passava por Pombal no Itapicuru, Jeremoabo no Vasabarris, atingindo o São Francisco acima da região encachoeirada” (provavelmente o município de Paulo Afonso) e a região dos “Bons Pastos” (região do Alto Itapicuru no sul do Maranhão até o atual Tocantins), onde se encontrava com as boiadas de Pernambuco e as vindas do Piauí e Maranhão. Outro caminho trilhado com a expansão do gado era o da passagem das Jacobinas para Juazeiro (1963, p. 124-5).

A criação de gado consistiu em um fator preponderante da penetração colonizadora do sertão. Segundo Antonil, “há currais no território da Bahia e de Pernambuco, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças”. Mais que isso, havia “fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas”. No entanto, deve-se observar que tais dados variavam “conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios como também nos caminhos” (1982, p. 200).

A partir de 1620, um membro da Casa da Torre, poderosa família proprietária de terras, Francisco Dias d’Ávila, neto do primeiro Garcia d’Ávila,

promoveu o povoamento dos altiplanos de Jacobina, levou o gado do Itapicuru para o médio São Francisco. Fez do boi o seu soldado. O rebanho arrastava o homem; atrás deste, a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: ele a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aqueles animais levavam nas aspas as fronteiras da capitania. Dilatavam-na (CALMON, 1983, p. 41).

Além de fonte de alimentos como carne e leite nos dias não proibidos para os moradores das cidades, freguesias e vilas do Recôncavo e sertão, o gado bovino servia como fonte motriz dos engenhos, carros e demais necessidades dos “lavradores da cana, tabaco, mandioca, serrarias e lenhas”, além de fornecer o couro para os rolos de tabaco que eram embarcados para a costa da África e Portugal (ANTONIL, 1982, p. 201).

Não obstante, a criação de gado teve como um dos seus obstáculos os índios chamados “tapuia”. Por não quererem entregar suas terras ao gado e por desfrutarem deste contra a vontade dos donos, muitas guerras foram movidas contra grupos como Payayá, Tocós, Maracás, Anaiós, Topins. Como observou John Hemming, “o gado era terrivelmente tentador para os caçadores índios” que “nunca tinham visto animais tão grandes e tão fáceis de caçar” (2007, p. 499).

Por conseguinte, o resultado do choque entre o movimento colonizador do interior e os resistentes povos habitantes do sertão foi “uma série heterogênea de conflitos” que ficou conhecida como Guerra dos Bárbaros (PUNTONI, 2002, p. 13).

Juntamente com as guerras dos Palmares, a Guerra dos Bárbaros foi um conjunto dos episódios históricos mais violentos dos Seiscentos na América portuguesa. Até recentemente, pouco havia sido escrito sobre estes conflitos na historiografia brasileira. Para Pedro Puntoni o desencantamento dos historiadores pela “Guerra dos Bárbaros” se deve ao trato muito árduo com a documentação e rara existência de narrativas; ao não-registro dos assassinatos e massacres em uma documentação administrativa que mascarava os conflitos para se referir a mercês e promoções dos colonos e vassalos do rei e, por fim, ao desconhecimento e falta de interesse de na época se registrar os “bárbaros” que se aniquilava (2002, p. 14-15).

Como afirmou o historiador John Monteiro no prefácio de *Religião como tradução*, “a Guerra dos Bárbaros é um episódio-chave no processo de conquista e ocupação colonizadora do sertão nordestino” (POMPA, 2003, p. 19). Esse conjunto de conflitos é frequentemente retratado como uma impiedosa guerra de extermínio total promovida pelos interesses dos criadores de gado, com apoio do Estado, contra os

“tapuia” rebelados que defendiam as suas terras invadidas. Para Puntoni, diferentemente do século XVI, no XVII “estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão” (2002, p. 17). Entretanto, a Guerra dos Bárbaros também se encontra atrelado a uma emaranhada rede de relações envolvendo múltiplos grupos indígenas, distintas ordens religiosas, diferentes interesses de poderosos sesmeiros e sertanistas, mercenários paulistas e autoridades coloniais.

Essa abordagem busca ver o processo de conquista e expansão do projeto colonial a partir da perspectiva renovada da história dos indígenas, um índio real, não reificado nem mitificado. Como considerou John Hemming, “a resistência nativa à invasão do gado foi uma das mais importantes etapas na conquista dos índios brasileiros”, mas foi a mais precariamente documentada, pois “nada existe do lado dos índios, não há registros escritos e ninguém documentou sua versão da luta” (2007, p. 499). Conhece-se apenas a documentação administrativa da Coroa portuguesa e autoridades coloniais como “as cartas de governadores que organizavam expedições ou que relatavam seu progresso” (HEMMING, 2007, p. 499). Compreendem-se, dessa forma, as dificuldades teóricas e metodológicas para este estudo.

No entanto, estes obstáculos podem ser relativamente superados pelo “paradigma conjectural” que, nas palavras de Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade*, pode ser entendido como uma “proposta de criação de um método interpretativo no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade”. Lembrando Clifford Geertz, Chalhoub revela que a partir dessa “descrição densa” das fontes, tais detalhes podem dar a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos (1990, p. 17).

Em sua narrativa dos acontecimentos e batalhas ocorridas na fase das “Guerras no Recôncavo Baiano” (1651-1679), Pedro Puntoni descortinou a construção colonial no sertão (das Jacobinas, Orobó, Aporá e São Francisco), mostrando o papel fundamental exercido pelos grupos indígenas, quer como aliados dos portugueses, quer como inimigos “bárbaros”, resistindo à penetração do gado e ao poder colonial nos sertões (2002, p. 98).

Entretanto, como bem observou Cristina Pompa, os Payayá e outros “tapuia” parecem desaparecer com o fim da guerra, tendo sido engolidos pelas aldeias missionárias e diluídos na população cabocla. Os índios no trabalho de Puntoni se configuram como atores do processo de construção da colônia sem que apareça um “ser

Tapuia” e o quanto mudou e foi mudado pelos agentes colonizadores no momento do contato e da conquista (2003, p. 24-5). Além disso, observa-se que o uso do termo “tapuia” ocorre porque assim eram chamados na documentação os supostos índios atacantes e também porque não era possível identificar as etnias.

Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur observaram que, na pressa para se questionar a afirmativa de que “somente quando os métodos benevolentes dos colonizadores em moldar os índios falhavam é que os soldados tinham permissão para submetê-los pelo meio da força”, se acabava caindo no outro extremo, tão distorcido e redutor, de que os índios eram invariavelmente vítimas inocentes do processo de conquista. Conforme estes autores:

Rejeitar a ideia de que os índios sempre iniciavam confrontos violentos apenas para se chegar à conclusão de que eles nunca realizavam tal coisa não nos aproxima mais de uma compreensão equilibrada dos motivos e dos comportamentos de qualquer dos dois grupos – nativos ou colonizadores. Essa imagem de uma população indígena indefesa que reage à agressão constrói erroneamente uma série de acontecimentos que levou à subjugação dos índios... , ao mesmo tempo em que subestima o papel da violência da fronteira e retira dos nativos a iniciativa que tomavam, incluindo-se aí sua prolongada e extraordinária resistência à conquista (2007, p. 9).

De acordo com Pedro Puntoni, durante o processo de expansão e ocupação do movimento colonizador para os sertões, os povos indígenas foram tidos pelos colonos como um estorvo à economia pecuária. Dessa maneira, formou-se então um quadro específico de conflitos, gerador da tensa fronteira entre um projeto colonial extensivo e os índios considerados “tapuia”, que se levantaram contra uma ocupação invasora que comprometia a sua sobrevivência (2002, p. 17).

Entretanto, tal quadro de relações sociais entre colonos e indígenas é muito mais complexo e dinâmico do que o argumento de Puntoni apresenta, pois estes diferentes atores (índios aldeados e “do curso”, sertanistas baianos e paulistas, missionários, sesmeiros, rendeiros, agregados, escravos e autoridades) poderiam ser aliados ou inimigos um do outro a depender do momento e circunstâncias. Um segmento poderia ver o outro como estorvo ou como um elemento essencial para a realização dos seus interesses. No caso dos grupos indígenas, por exemplo, em determinadas ocasiões uns eram vistos como empecilhos e outros como auxiliares.

Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, um dos efeitos para os indígenas da aliança com os colonos seria a mudança do status relativo dos grupos locais e de seus

líderes. Aqueles que estabeleceram relações com os colonizadores passaram a desempenhar o papel de intermediários no contato com a sociedade colonial e procuraram aproveitar-se da situação para se impor aos outros grupos, muitas vezes até pela guerra (1996, p. 299).

As Guerras de Conquista nos Sertões da Capitania da Bahia

O Regimento de 17 de dezembro de 1548 destinado a Tomé de Sousa marcou a criação do governo-geral, aliando força política e poder militar estratégico. O documento orientava a construção de uma cidade fortaleza que seria a sede do novo polo político-administrativo (RTIHGB, 1898, p. 39-57). Com a criação do governo-geral e as orientações dadas a Tomé de Sousa, a Coroa assumiu a tarefa de ocupação após o fracasso da tentativa de colonização da capitania da Bahia de Todos os Santos sob o controle do donatário Francisco Pereira Coutinho, e a quase completa aniquilação da presença portuguesa na região (RICUPERO, 2009, p. 245).

O local escolhido foi uma elevação, que seria murada e protegida com baluartes e peças de artilharia, entretanto, a construção da cidade na entrada da baía de Todos os Santos e a ocupação e povoamento do seu Recôncavo não ocorreram sem conflitos com os diversos grupos indígenas que ocupavam o Baixo Paraguaçu. Em 1555, o português d. Álvaro da Costa, filho do governador-geral d. Duarte da Costa, fez várias entradas no Recôncavo com o intuito de destruir as aldeias dos “índios bravos” (FRANCO, 1989, p. 127). Já nos anos de 1558 e 1559, o então governador Mem de Sá enviou uma grande expedição, composta de 300 portugueses e cerca de 4000 índios aliados, que foram reunidos nos aldeamentos jesuítas do litoral.

As ações de Mem de Sá no combate ao “gentio bravo” foram exaltadas pelo padre jesuíta José de Anchieta em sua carta *De Gestis Mendi de Saa* (Os Feitos de Mem de Sá), como neste trecho:

Habitavam-na tranquilos os Lusos, muitos anos havia, e nunca o peito lhes arfara ao sobressalto da guerra, mas comerciando com as vizinhas gentes selvagens, desfrutavam o dom da tranquilidade amorosa. Mas agora os índios tudo abateram em súbito ataque, rompendo as doces cadeias da antiga amizade... Então rendem todos justas graças, do íntimo d'alma, a ti, Sá ilustre, escolhido por Deus dentre muitos milhares, para domar esta gente rebelde e com justa vingança esmagar as tropas selvagens e afastar a ameaça que pesava cruel sobre a cabeça dos sitiados (1970, p.32-6).

Segundo Carlos Ott, um dos grupos que realizavam esses ataques, juntamente com os Tupinambás, eram os Payayá, pois “parece que já em 1558 Mem de Sá viu-se compelido a guerreá-los duramente, embora não se mencione seu nome; mas a julgar pela localização não seriam outros” (1958, p. 20). Com a conquista do Paraguaçu, foi criada uma vila sob a invocação de Nossa Senhora da Vitoria, também conhecida como “Cachoeira” (PUNTONI, 2002, p. 90). Local que se tornou um importante entreposto comercial do Recôncavo e também a “porta de entrada” para os sertões.

O Recôncavo era um território particularmente cobiçado e suas terras foram ocupadas preferencialmente pelas plantações de cana, tabaco e pelos engenhos de açúcar. Buscando preservar as plantações próximas do lagamar, a criação de gado foi empurrada para o interior imediato do Recôncavo. Diante das alterações em seu meio ecológico e social, os “índios bravos” do sertão, resistindo ao avanço da fronteira pecuarista a partir das primeiras décadas do século XVII, passaram a descer constantemente para as vilas, engenhos, fazendas e criações do Recôncavo, constringendo e intimidando os moradores das freguesias.

Entretanto, aquilo que se pode chamar de resistência indígena se deve “a um quadro bem mais complexo, envolvendo índios das aldeias e índios do sertão, colonos, missionários, a autoridade régia e a autoridade local” (PORTA, 2004, p. 39).

Além dos possíveis “ataques” aos enclaves coloniais, os grupos indígenas também possuíam estratégias de proteção e defesa das aldeias, como a de esconder o “mulherio e os filhos” em locais afastados das fronteiras dos conflitos, e outras, que combinando com as demandas socioeconômicas, já de sobreaviso quanto às perseguições dos colonos, baseavam a sua agricultura na produção em diversas roças, algumas localizadas perto e outras longe das aldeias, para que, quando atacados, tivessem alimento suficiente para permanecer refugiados no sertão.

O serviço de informação e espionagem dos índios também era bastante eficiente em alguns casos, como, por exemplo, neste relato do jesuíta Antonio Pinto sobre a entrada de dois missionários da Companhia de Jesus ao Sertão das Jacobinas:

Quando estavam já perto da primeira Aldeia dos Paiaases, mandaram os Padres ao Tapuia que fosse anunciar a sua vinda, que não era buscar a guerra senão a paz. Os Índios já tinham conhecimento da vinda, pelos seus espias, só duvidavam qual a razão dela e estavam vigilantes, armados e postos à beira dos caminhos por onde haviam de passar. Vencido o pouco espaço que faltava, apareceram os Padres diante dos Bárbaros. Ao saberem o motivo da

vinda, perderam o medo e depuseram as armas (*apud* LEITE, 2000, p. 274-5).

De acordo com os registros dos colonizadores luso brasílicos, costumava o “gentio bravo” do sertão da Bahia dar “repentinos assaltos” sobre algumas povoações remotas da cidade de Salvador, com estrago das vidas e lavouras daqueles moradores, sendo mais contínuos e causando maior dano na vila do Cairu, pela muita gente que a habitava (PITTA, 1965, p. 289).

Conforme o Relatório de Alexandre de Sousa Freire, de quatro de março de 1669, “as nações Bárbaras do Gentio da terra” depois de terem arrasado “as Capitânicas de Porto Seguro, e São Jorge dos Ilheus”, em 1612 atacaram os engenhos e distritos de Capanema, hoje distrito de Maragogipe, na Capitania de Paraguassu. Continuando sua narrativa, dizia que já em 1621 os índios mataram todos os moradores e guardadores de gado nos campos de Aporá, na parte do sul do Paraguaçu, e deixaram a região despovoada por muitos anos. No norte do Paraguaçu e campos vizinhos das serras e planícies de Itaporocas (distrito de Maria Quitéria no município de Feira de Santana), os colonos, por não poderem resistir aos índios, depois de muitos terem sido mortos, teriam abandonado as fazendas que também ficaram desabitadas por muito tempo. Em seguida, os “tapuia” desceram pelo mesmo rio Paraguaçu a continuar a guerra aos moradores de Cachoeira e nas freguesias de Maragogipe, Jaguaripe e Jequiriçá, onde repetiram as hostilidades e ataques (*DHBN*, 5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669).

Não há dúvida de que havia uma lógica interna com razões concretas para estes ataques dos indígenas, entretanto, os colonos não quiseram ou não puderam apreender tal lógica. Dessa maneira, o que se percebe na documentação seiscentista que relatava ou historiava os conflitos é que o termo “assaltos” implicitamente possuía a conotação pejorativa de roubo.

Possivelmente, as presenças das propriedades e enclaves coloniais eram vistas pelos índios como obstáculos para os seus deslocamentos para o litoral, onde realizavam a pesca da tainha e produziam a “farinha de peixe” para o seu sustento no sertão, coletavam frutas e outros “frutos-do-mar” e também praticavam seus rituais. Parece que a redução dos recursos de provimento da subsistência teve consequências fatais para

estes índios do sertão, pois tal processo de sucessão ecológica levou os grupos indígenas a uma desorganização e readaptação interna (RIBEIRO, 1996, p. 304).

Outro fator que deve ter levado os índios ao desequilíbrio foi a interação biótica a que foram submetidos em decorrência do avanço das fronteiras de expansão agrícola e pecuarista, provavelmente, até mesmo antes dos contatos diretos e contínuos com os colonizadores (RIBEIRO, 1996, p. 305-46).

É sabido que o choque microbiano diminuiu a resistência armada indígena ao contato europeu. Segundo Luís Felipe de Alencastro, em virtude do fracionamento demográfico, da dispersão territorial e da ausência de animais domesticados, que são suscetíveis de transmitir zoonoses, os povos indígenas pré-contatos permaneceram protegidas das pandemias que castigavam o chamado “Velho Mundo”. Entretanto, a reduzida resistência infecciosa dos índios, com o processo de contato e conquista dos europeus, não conseguiu impedir a invasão de células patogênicas (2000, p. 127). O que acabou por facilitar ainda mais a sanha expansionista e sanguinária dos colonizadores.

De acordo com uma carta dos Oficiais da Câmara de Salvador de 14 de agosto de 1671, desde o governo-geral de Diogo Luis de Oliveira (1626-1635), muitos foram os ataques que o “gentio brabo” fez aos moradores da Capitania da Bahia, vitimando mais de 400 homens. O que fez com que a “gente que ocupava o Recôncavo da Vila do Cairú e das freguesias de Jaguaripe e Maragogipe”, as mais importantes para os mantimentos da cidade de Salvador, “de onde saem as Lenhas e Caixaria para os Engenhos”, abandonasse suas propriedades ou organizassem entradas para afastar ou capturar os supostos “índios atacantes”, as quais custavam mais vinte mil cruzados (8:000\$000 – oito contos de réis) para a população interessada (DHAM, 1947, p. 97-98).

Em 1627, o governador-geral Diogo Luis de Oliveira, se reuniu em Junta com as principais autoridades do Estado do Brasil (Bispo, Prelados das Religiões, ouvidor geral, e mais ministros e oficiais de guerra) para solucionar os “ataques” indígenas nos limites da cidade do Salvador, em Jaguaripe e Paraguaçu. A Junta se reuniu, na forma da Lei sobre o Gentio que se passou em 10 de Setembro de 1611, e resolveu declarar guerra aos “tapuia”, considerando-a justa e tomando como cativos os que nela fossem capturados. As medidas não puderam ter efeito pelas guerras bráslicas no Recôncavo (1624-1625), em Pernambuco e mais capitanias do Norte (1625-1654), cujos moradores tomaram as armas contra os Holandeses (DHBN, 5:205-216 Proposta que o Senhor

Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669).

Conforme a carta de 22 de setembro de 1640 dos oficiais da Câmara da cidade do Salvador na Bahia de todos os Santos para o rei Felipe III de Portugal ou Felipe IV da Espanha, “os índios Gento natural da terra da banda do Norte” foram os que mais apressaram a queda da Capitania de Pernambuco e os que maiores crueldades usaram contra os colonos portugueses, descobrindo caminhos, botando-os para correr e “matando-os nos matos como feras e assim [o fazem] nesta Capitania” da Bahia (DHAM, 1947, p. 9-10).

Durante as décadas que duraram as guerras holandesas, os colonos ficaram na defensiva, devido à ocupação do governo-geral com a iniciativa de expulsar os invasores batavos, ou talvez, também pela preocupação que os índios atacados pudessem vir a se tornar aliados dos holandeses contra os portugueses (HEMMING, 2007, p. 499). Por este motivo, o Conde de Villapouca de Aguiar nada pode mover contra “o gentio bárbaro” (DHBN, 5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669).

Por conseguinte, os ataques dos índios continuaram na região do Recôncavo, como nos mostra um trecho desta carta régia de 1655:

Recebeu-se uma carta vossa de quatorze de Janeiro passado em que me destes conta do dano que os “tapuia”, vizinhos das freguesias de Jaguaribe e Paraguassú lhes faziam e ao recôncavo dessa cidade descendo das aldeias com sua costumada fereza a roubar, matar e saquear o que podiam (DHBN, 66:89-90 Carta de Sua Magestade em resposta da que Sua Excelência escreveu acêrca da jornada do sertão de que foi por cabo Gaspar Rodrigues Adorno, 5/6/1655).

A partir do momento em que a situação da guerra em Pernambuco permitiu, estes ataques constantes dos “tapuia” do sertão aos povoados e fazendas do Recôncavo resultaram em uma série de expedições punitivas, estimuladas pelas autoridades e colonos que, entre os anos de 1651 a 1679, envolveram soldados, missionários, moradores e diversos grupos indígenas, entre eles os Payayá, os quais tiveram um papel ambíguo nestes conflitos. Ora se aliando aos agentes coloniais, ora sendo alvo dos ataques destes.

Coincidem que, a partir da administração do governador-geral Jerônimo de Ataíde, o Conde de Atouguia, se intensificaram os rumos do povoamento para os

sertões das Capitâneas do Norte. A interiorização da expansão colonial na Capitania da Bahia desde 1630 tinha como grande objetivo avançar até o rio São Francisco. Os Adornos do Paraguaçu e os d'Ávila da Casa da Torre de Tatuapara (atual distrito de Praia do Forte no Município de Mata de São João), entre 1632 e 1651, acumularam um domínio de muitas dezenas de propriedades rurais.

A conquista do Sertão das Jacobinas inicialmente foi desencadeada pelas expedições de Diogo de Oliveira Serpa (1651), Gaspar Rodrigues Adorno (1651-1654) e Thomé Dias Lassos (1656). Entretanto os índios do sertão continuaram a atacar os estabelecimentos coloniais, e a guerra contra eles desdobrou-se em várias frentes: do Orobó [1657-1659], de Aporá [1669-1673] e do São Francisco [1674-1679] (PUNTONI, 2002. p. 89-122). Além disso, segundo Erivaldo Neves, houve também as guerras particulares dos d'Ávila, Antonio Guedes de Brito, João Peixoto Viegas e outros que a historiografia quase ignora, pois não deixaram registros documentais, apenas vagas referências (MIGUEL; NEVES, 2007, p. 18). Como a de "Affonso Rodrigues da Cachoeira, famoso conquistador dos Payayaz e de outras nações do sertão de Jacobina" (*apud* VARNHAGEN, 1978, p. 69-83).

Entre 1651 e 1657, os governadores gerais João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa (o conde de Castelo Melhor, 1650-1654) e Jerônimo de Ataíde (o conde de Atouguia, 1654-1657) encarregaram os sertanistas baianos Diogo de Oliveira Serpa, Luis da Silva, Gaspar Rodrigues Adorno e Thomé Dias Lassos de punirem os índios "bravos" que atacaram a Capitania de Ilhéus e as freguesias do Recôncavo (Paraguaçu e Jaguaripe). Contudo, tais expedições sem conseguirem punir os supostos índios rebelados, apenas estabeleceram alianças com os grupos indígenas encontrados.

Em 1657, diante da continuidade dos ataques indígenas ao Recôncavo, o governador-geral Francisco Barreto de Menezes (1657-1663) organizou um plano para combater as aldeias dos Topins e Maracás localizadas na serra do Orobó, índios identificados como os agressores. A ofensiva do governador exigia a construção de casas-fortes, a abertura de estradas que ligassem a vila de Cachoeira à serra do Orobó, o estabelecimento de uma barreira de aldeias aliadas formadas pelos Payayá e o auxílio dos paulistas, experientes sertanistas nos combates aos índios.

Os paulistas contratados estavam sob o comando do capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros, de Bernardo Sanches Aguiar e Fernando de Camargo. Com o respaldo da "guerra justa" e a autorização do governador Menezes, estes paulistas

poderiam queimar as aldeias, degolar os homens, aprisionar e escravizar as mulheres e crianças. No entanto, percorrendo o Paraguaçu e as Jacobinas, Domingos Barbosa Calheiros e sua tropa de paulistas acabaram fracassando ao serem enganados pelos índios Payayá.

Em 1667, ataques indígenas voltaram a ocorrer em Ilhéus, Cairu, Jequiçá, Cachoeira, Itaporocas e Aporá, na margem direita do rio Paraguaçu. O governador-geral Alexandre de Sousa Freire (1667-1671) resolveu novamente chamar os paulistas. Contudo, as tropas vicentinas comandadas pelo capitão-mor Estevão Ribeiro Baião Parente e sargento-mor Brás Rodrigues de Arzão só chegaram à Bahia e entraram em ação no governo de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (1671-1675), motivados pelas promessas de terras e posse dos índios aprisionados para servirem como escravos, além das honrarias e mercês concedidas pela Coroa (SCHWARTZ; PÉCORÁ, 2002).

Com o objetivo de aumentar as tropas para as expedições aos sertões, o governador Rio de Mendonça recrutou os índios aldeados sob a administração dos d'Ávila, de Guedes de Brito e João Peixoto Viegas, e de Gaspar Adorno Rodrigues para se juntarem aos paulistas. Reunidas as tropas, os paulistas fizeram diversas jornadas a partir de Cachoeira, para o Aporá, o rio Piranhas no Orobó, para as aldeias de Tauaçu (cidade de Ituaçu na Chapada Diamantina), Utinga, e Jacobina perseguindo e aprisionando os índios Topins, Maracás e Xocós.

Finalizados os conflitos em 1673, os paulistas foram orientados a se instalarem nas terras que lhes foram doadas como pagamento pelas matanças e a fundar povoações e plantar roças com o auxílio dos seus índios administrados. O próprio governador da conquista Estevão Ribeiro Baião Parente recebeu uma sesmaria e a posse da vila de Santo Antônio da Conquista, cujo senhorio foi passado para seu filho João Amaro Maciel Parente. A vila teve o nome mudado para João Amaro e atualmente está localizada no município de Iaçú.

Em 1674, as aldeias dos Guarguaes localizadas na margem esquerda do rio São Francisco, na altura da barra do rio Salitre, identificadas como da etnia dos Anaiós, se rebelaram e passaram a atacar moradores em suas fazendas e currais. Diante dessas novas hostilidades, o governador Rio de Mendonça organizou outra expedição sob o comando de Francisco Dias d'Ávila, herdeiro da Casa da Torre, que se dividiu em duas

companhias de infantaria cujos capitães eram Domingos Rodrigues Carvalho e Domingos Afonso Sertão.

Entre 1674 e 1679, sem a participação dos paulistas e com o testemunho do missionário capuchinho Martinho de Nantes, os sertanistas e colonos baianos comandados por Francisco Dias d'Ávila e Domingos Rodrigues Carvalho foram os responsáveis pelas perseguições, massacres e escravização dos índios Anaiós.

O término da campanha contra os Anaiós nas margens do rio São Francisco e barra do rio Salitre representou a distensão das Guerras de Conquista nos Sertões da Capitania da Bahia, mas não o fim dos conflitos entre os colonos e os índios do sertão.

Por conta de uma petição dos moradores da freguesia de São Bartolomeu de Maragogipe “sôbre os grandes assaltos, mortes e roubos que padeciam os ditos moradores, havia cinquenta anos, do gentio bárbaro do Brasil”, o Conselho Ultramarino em consulta resolveu que não parasse de se fazer guerra ao “gentio” até que este fosse todo extinto e que os moradores vivessem sossegados, na conformidade que Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, o Visconde de Barbacena, o tinha disposto. Entretanto, em 23 de janeiro de 1679, o então mestre de campo geral do Brasil, Roque da Costa Barreto, escreveu ao regente português d. Pedro II que, ao se informar das queixas dos moradores, constatou que os índios não faziam mais guerra, a não ser a defensiva, quando eram atacados pelos moradores que os queriam cativar e escravizar. Para defender as suas vidas e liberdade, naturalmente, os índios cometiam mortes e roubos a fazendas, mas no momento “se achavam em grande sossêgo”. Descobriu-se também que as queixas contra os índios eram armações impostas pelo capitão-mor paulista Estevão Ribeiro Baião Parente, que estava vivendo naquele distrito e sustentava a si e aos seus homens com a escravização dos “gentios”. Diante disso, Roque da Costa Barreto sugeriu que se devesse suspender a execução da “guerra justa” por lhe parecer que os índios do sertão não mereciam tão severo castigo (*DHBN*, 88:168-71 Consulta do Conselho Ultramarino, 2/12/1679).

Contudo, para o Conselho Ultramarino, contrariando a prudência e escrúpulo do governador-geral do Estado do Brasil, as novas queixas dos moradores de Maragogipe eram matéria de grande consequência por se entender que para este “gentio” a quietação era só fingimento e sua natureza era inconstante. Dessa maneira, devia-se continuar a “guerra naqueles sertões para que de todo se extingam as invasões daqueles inimigos e

possam viver os moradores daquela conquista com mais sossêgo” (*DHBN*, 88:168-71 Consulta do Conselho Ultramarino, 2/12/1679).

Por outro lado, nesta mesma consulta, Salvador Correia de Sá recomendava que os padres da Companhia de Jesus, juntamente com “a gente de guerra”, fundassem aldeamentos nas fronteiras do “gentio bárbaro” e que, em 2 anos, se construísse casa-forte de madeira “presidiada”, enquanto os missionários e os índios construiriam uma confiança mútua, o que permitiria que se reduzissem à “fé e obediência de Sua Alteza”. Por fim, Sá observava que “a terra do Brasil se não pode povoar que é muito grande com a gente que há de ir de Europa, e despovoado com a guerra [contra os índios] também não serve de nada” (*DHBN*, 88:168-71 Consulta do Conselho Ultramarino, 2/12/1679).

Considerações Finais

A partir da leitura das fontes, deve-se enfatizar a presença inegável dos índios nos sertões e também nas vilas e freguesias durante todo o período colonial, demonstrando, com isso, que eles não foram extintos, como afirmava a historiografia tradicional brasileira desde Francisco Adolfo Varnhagen no século XIX.

Podemos concluir que os espaços culturais, geográficos e econômicos dos Sertões da Bahia Colonial revelam-se como construções resultantes das complexas interações de conflitos e negociações entre múltiplos grupos indígenas, distintas ordens religiosas, diferentes e poderosos sesmeiros, sertanistas baianos e paulistas e autoridades coloniais.

Os Sertões baianos foram os cenários onde ocorreram múltiplos encontros e contatos, a expansão da fronteira colonial e as negociações e resistências de diversos grupos indígenas. Um espaço construído historicamente a partir do contato dos Payayá, Topins, Maracás, Xocós e Anaiós com distintos agentes coloniais durante o processo de conquista e colonização na segunda metade do século XVII e início do XVIII.

A “Guerra dos Bárbaros” no Recôncavo e Sertão das Jacobinas, muito mais do que um extermínio indígena para a expansão do projeto colonial pelo sertão, foi um complexo quadro de relações culturais e de poder entre os agentes coloniais e os índios chamados “tapuia”. O papel histórico dos Payayá nesses conflitos, juntamente com o de outras etnias indígenas, longe de ser o de vítimas mudas e passivas, foi o de sujeitos

que, diante de certas circunstâncias, combateram, enganaram e se aliaram aos colonos luso-brasilícos, atendendo aos seus próprios interesses e possibilidades de sobrevivência.

Referências

ABREU, João Capistrano de. *Capítulo de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANCHIETA, Pe. José de. *De GestisMendi de Saa*. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1970. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em 04 mar. 2010.

ANTONIL, André João (Padre SJ João Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Afonso. Jacobina Minha Terra, de antanho e de agora. In: *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia realizado em 1916*. Vol. II. Bahia: Imprensa Oficial do Estado; Instituto Geographico e Histórico da Bahia, 1918.

DHAM. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, Cartas do Senado 1638-1673. 1º Volume. Prefeitura do Município do Salvador-Bahia, 1947.

DHBN. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, 110 vols. Rio de Janeiro, 1928-1955.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007.

LEAL, Cel. Pedro Barbosa. Relatório ao Vice-rei Conde de Sabugosa sobre os itinerários de Gabriel Soares de Souza e Belchior Dias Moréia, de 22 de novembro de 1725. In. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo II, vol. I. 10 ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1978.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Edição Fac-símile Comemorativa. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

MENDES, Cleise Furtado. *Senhora Dona Bahia: poesia satírica de Gregório de Matos*. Salvador: EDUFBA, 1996.

MIGUEL, Antonieta; NEVES, Eivaldo Fagundes (orgs). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais*. Salvador: Editora Arcadia, 2007.

OTT, Carlos. *Pré-História da Bahia*. nº 7. Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Anotações de Pedro Calmon. São Paulo: Editora Brasileira, 1965.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003.

PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Revista Tempo*. nº 23, Rio de Janeiro, UFF, 2007.

RTIHGB, Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo LXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530 – c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (orgs.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo II, vol. I. 10 ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1978.

VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia do Século Dezoito*. Vol. III Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Ed. Itapuã, 1968.

1º Regimento que levou Tome de Souza Governador do Brazil. *Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Recebido em: 31/08/15

Aprovado em: 28/11/15